

ORGANIZADORAS

Denise Terezinha Correa de Melo

Tatiana Monteiro Furtado de Mendonça

RESPONSABILIDADE CIVIL

Temas Contemporâneos

volume 1

AUTORES

Bruna Greggio

Carolina Valiati da Rosa

Cristiane Santos Leite

Denise Terezinha Correa de Melo

Emerson Luciano Prado Spak

Lúcio Rocha Denardin

Natalia Calegari Evangelista

Renata Estorilho Baganha

Renato Garcia

Samantha Barzotto Dalmina

Sandra Lustosa Franco

Tatiana Monteiro Furtado de Mendonça

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2025

Sumário

1 O Tratamento Dado ao Consentimento Informado na Responsabilidade Civil Médica pela Jurisprudência Brasileira: Titulares, Conteúdo, Dano e Nexo Causal1

Bruna Greggio

Introdução.....	1
1.1 O consentimento informado	3
1.1.1 Histórico	3
1.1.2 Fontes principiológicas.....	11
1.1.2.1 Dignidade da pessoa humana	11
1.1.2.2 Solidariedade social e liberdade	11
1.1.2.3 Princípio da boa-fé objetiva	12
1.1.3 Legislação aplicável.....	14
1.1.3.1 Código de Defesa do Consumidor, Código Civil e outras normas legislativas	14
1.1.3.2 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)	15
1.1.3.3 Código de Ética Médica e resoluções do Conselho Federal de Medicina	16
1.1.3.4 Outros regulamentos	18
1.1.3.5 Déficit Legislativo?	19
1.2 Titulares do direito à informação e titulares do direito a consentir	20
1.2.1 Capacidade para ser informado x capacidade para consentir	20

1.2.1.1 Paciente civilmente capaz.....	21
1.2.1.2 Pacientes com capacidade diminuída	25
1.2.1.3 Pacientes menores de idade	30
1.2.2 Avaliação clínica da capacidade do paciente	33
1.2.3 Titular do dever de informação.....	35
1.3 Alcance da informação	36
1.3.1 Fases do processo decisório.....	36
1.3.2 Conteúdo da informação.....	37
1.3.2.1 Riscos	39
1.3.3 Forma da entrega da informação	45
1.3.4 Limitações ao dever de informar (necessidade terapêutica e privilégio terapêutico).....	48
1.4 Responsabilidade civil por falta (ou defeito) do consentimento informado. Requisitos essenciais.....	51
1.4.1 Dano	51
1.4.1.1 Reparação do dano corporal por ausência de consentimento informado e esclarecido	52
1.4.1.2 Reparação por dano moral – dano existencial	53
1.4.1.3 Reparação por dano moral informacional	54
1.4.2 Nexo de causalidade.....	57
1.4.2.1 Teorias.....	57
1.4.2.2 Consentimento hipotético	62
1.4.3 Imputação subjetiva	65
1.4.3.1 Culpa e dolo	65

1.4.3.2 Culpa concorrente da vítima	65
1.4.4 Quantificação do dano.....	67
1.4.5 Prova do dano e ônus da prova.....	68
1.4.5.1 Ônus da autoinformação do paciente.....	69
Conclusão.....	69
Referências	73

2 A Quantificação no Processo Penal Brasileiro dos Danos Morais Decorrentes de Violência Doméstica Praticada Contra Mulher79

Carolina Valiati da Rosa

Introdução.....	79
2.1 O dano moral in re ipsa no Brasil nas sentenças penais condenatórias	80
2.2 Parâmetros para a quantificação do dano moral	86
2.2.1 Condição socioeconômica do ofendido	91
2.2.2 Condição socioeconômica do ofensor.....	93
2.2.3 Grau de culpa.....	94
2.3 Dano moral nas decisões judiciais à luz do ordenamento jurídico brasileiro	96
Conclusão.....	103
Referências	106

**3 Standards Probatórios nas Ações Declaratórias de Inexistência
Contratual de Relação de Consumo Bancária Cumulada com
Indenização: Análise Jurisprudencial das Diretrizes do Superior
Tribunal de Justiça e do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.... 111**

Cristiane Santos Leite

Introdução	111
3.1 Relação obrigacional bancária e a incidência da responsabilidade civil nas relações de consumo.....	114
3.1.1 Contratos bancários e seus efeitos jurídicos.....	114
3.1.2 Aplicação do Código de Defesa do Consumidor nos contratos bancários	118
3.1.3 A responsabilidade civil no âmbito dos contratos bancários ...	126
3.2 Análise dos standards probatórios nos precedentes do Superior Tribunal de Justiça	135
3.2.1 Autenticidade de assinatura de contrato bancário e o ônus da prova	136
3.2.2 Responsabilidade das instituições bancárias em casos de golpes e fraudes.....	148
3.2.3 Responsabilidade civil dos bancos por falhas na prestação do serviço: o dano moral e a Súmula 479 do STJ.....	165
3.3 Análise jurisprudencial quanto à aplicação dos standards nos julgamentos do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.....	172
3.3.1 Inexistência de contrato e relação de consumo bancária: casos envolvendo autenticidade da assinatura.....	173
3.3.2 O entendimento do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná sobre a responsabilidade de instituição financeira em casos de fraudes praticadas contra o consumidor.....	186

3.3.3 a responsabilidade civil em relação de consumo bancária: comparativo entre o entendimento do STJ e do TJPR	197
Conclusão	201
Referências	205
4 A Responsabilidade Civil e a Vulnerabilidade Humana.....	221
<i>Denise Terezinha Correa de Melo</i>	
Introdução.....	221
4.1 Da responsabilidade civil.....	222
4.1.1 A responsabilidade civil e o dano moral	223
4.1.2 Nexo de causalidade.....	227
4.1.3 Mensuração do dano.....	231
4.2 Ciência jurídica e neurociência.....	236
4.2.1 Neurodireito e o princípio constitucional da dignidade humana	239
4.3 Danos relacionados à violência traumática.....	247
4.3.1 Danos psíquico e emocional	250
4.3.2 Violência traumática e a integridade psíquica	253
4.4 Ação dos operadores do direito	259
4.4.1 Reparação/compensação.....	261
4.4.2 Superior Tribunal de Justiça – dano moral, emocional ou psíquico?	264
Conclusão	268
Referências	270

**5 La Comparecencia Forzosa de Las Víctimas de Violencia
en el Juicio - Análisis con Perspectiva de Género.....277**

Emerson Luciano Prado Spak

Introducción 277

5.1 La víctima en el proceso penal279

 5.1.1 El deber de declarar – elementos teóricos y normativos279

 5.1.2 La comparecencia forzosa de la víctima en el juicio 284

 5.1.3 Derecho comparado 290

5.2 Nuevo paradigma..... 296

 5.2.1 Victimización secundaria 296

 5.2.2 Protocolos para juzgamiento con perspectiva de género.....301

 5.2.3 Silencio de la víctima y las consecuencias jurídicas 306

Conclusion312

Referencias315

**6 A Vinculação Afetiva como Critério para Definição da
Legitimidade Ativa para Reparação dos Danos Morais
Reflexos em Caso de Morte no Brasil: a Necessária
Aproximação com a Categoria do Allegado325**

Lúcio Rocha Denardin

Introdução.....325

6.1 Aspectos gerais sobre os danos morais reflexos no Brasil.....327

6.2 Danos por ricochete329

6.3 O princípio da reparação integral331

6.4 A limitação subjetiva dos legitimados para a
 reparação por danos morais reflexos no Brasil.....333

6.4.1 A análise doutrinária do tema	333
6.4.2 A análise jurisprudencial do tema	338
6.5 A experiência espanhola	350
6.5.1 O panorama legislativo e jurisprudencial na Espanha sobre os legitimados ativos para a indenização por danos reflexos em caso de morte	350
6.5.2 As alterações promovidas pela ley 35/2015 e o panorama atual	352
6.6 O afeto no Direito Brasileiro e a necessidade de sua utilização para estabelecimento do rol de legitimados – aproximação com a figura do allegado	359
6.6.1 O princípio da afetividade no direito brasileiro	359
6.6.2 A afetividade e os danos morais reflexos em decorrência da morte	364
Conclusão	365
Referências	367